

Mauro Vieira: Brasil 'está pronto para dialogar'

Mas ministro indica que tratativas são conduzidas 'com cautela'

Por Karoline Cavalcante

Durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, realizada nesta quarta-feira (1º), o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, confirmou que estão em andamento articulações para viabilizar um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o chefe da Casa Branca, Donald Trump (Republicano). Segundo ele, as tratativas estão sendo conduzidas com cautela, e o encontro poderá ocorrer nas próximas semanas, ainda sem data definida, por videoconferência, telefonema ou em algum evento internacional.

Apesar do cenário delicado, o chanceler destacou que o Brasil está "pronto para dialogar" e que há interesse mútuo na retomada de uma agenda construtiva. Ele reforçou ainda que o país busca manter uma separação clara entre política e comércio nas negociações bilaterais, reafirmando que a soberania nacional é um princípio inegociável.

Na ocasião, Vieira também comentou a crise no Oriente Médio e confirmou que o Brasil apoiará o plano de paz anunciado por Trump para a Faixa de Gaza. A proposta, apresentada em conjunto com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu (Likud), prevê um cessar-fogo imediato, libertação de reféns, retirada gradual das tropas israelenses e a formação de um governo transitório em Gaza, supervisionado por Washington. Em etapas posteriores, está prevista a possibilidade de reconhecimento de um Estado Palestino.



Segundo Vieira, conversa de Lula e Trump está próxima

O ministro ainda classificou como "graves" as recentes movimentações militares próximas às águas territoriais de países caribenhos, reafirmando o posicionamento brasileiro em defesa da estabilidade na região. Nos últimos meses, os EUA intensificaram ações militares no Caribe, incluindo o abate de embarcações venezuelanas sob suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas. Embora Washington alegue que as operações visam combater o narcotráfico e o terrorismo, autoridades brasileiras têm manifestado preocupação com os possíveis desdobramentos estratégicos e políticos da escalada.

Shutdown

Os avanços para uma conversa entre Lula e Trump, porém, foram prejudicados por uma nova crise interna nos Estados Unidos, com a implementação de um "shutdown" — paralisação de serviços públicos — decretado nesta

quarta-feira (1), após o fracasso nas negociações orçamentárias entre Executivo e Legislativo. O impasse desta vez envolveu o governo e a oposição democrata, que barrou a proposta no Senado, exigindo garantias na manutenção de programas de assistência à saúde para famílias de baixa renda. Com isso, cerca de 750 mil servidores públicos considerados não essenciais estão temporariamente sem remuneração. Comentando o caso, Trump afirmou que muitas pessoas seriam demitidas "e eles serão democratas".

Para o professor de Direito Internacional Manuel Furiela, a crise pode impactar a realização do encontro entre os dois líderes.

Tensões

Desde o início de agosto, a Casa Branca impôs uma tarifa de 50% sobre diversos produtos brasileiros. Além disso, aplicou a Lei Magnitsky — mecanismo criado para punir violações

graves de direitos humanos e atos de corrupção — contra o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e sua esposa.

Entre os motivos apontados para a sanção estão o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atualmente em prisão domiciliar enquanto aguarda o período de apelação da condenação a 27 anos e três meses de prisão, e de outros sete membros do chamado "Núcleo Crucial", acusados de articular uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. A justificativa também incluiu as restrições impostas a plataformas de redes sociais sediadas nos EUA que não estariam cumprindo a legislação brasileira.

A sinalização de aproximação entre os governos foi feita por Trump durante discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na última semana em Nova York.

Lula intensifica reuniões com Centrão em busca de apoio

Por Karoline Cavalcante

Em meio a uma semana decisiva para o Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) intensificou reuniões com lideranças do Centrão na tentativa de garantir apoio à proposta que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Os encontros também serviram para tentar conter o avanço do processo de desembarque de partidos aliados.

Nesta terça-feira (1), Lula recebeu no Palácio da Alvorada o líder do Progressistas na Câmara dos Deputados, Dr. Luizinho (RJ), e representantes de movimentos e organizações sociais responsáveis por um plebiscito para ouvir a população brasileira sobre a isenção do IR, o fim da escala 6x1 e a taxa dos super-ricos. No mesmo dia, o líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA), também era esperado, mas não compareceu.

A proposta de isenção é uma das principais vitrines do governo para 2026 e vem sendo usada estrategicamente para retomar a popularidade do presidente junto à classe média e aos trabalhadores formais. O relator da matéria, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), realizou uma intensa articulação em busca de preservar um texto que agrade à base e preserve a responsabilidade fiscal.



Lula: estratégia de "sobrevivência" com o Congresso

Embora PP e União Brasil tenham anunciado o rompimento com o governo em setembro, há sinais de distensão. O ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil-PA), chegou a entregar sua carta de demissão, mas ainda não foi exonerado. Ele, inclusive, deve acompanhar Lula em eventos oficiais da COP30, em Belém, nesta semana. Já o ministro do Esporte, André Fufuca (PP-MA), também está na rota de colisão. Interlocutores do Centrão revelaram ao Correio da Manhã que o prazo limite para deixar os cargos na Esplanada é o próximo domingo (5).

'Sobrevivência'

Com um olho nas urnas de 2026 e outro nas contas públicas, Lula aposta no equilíbrio entre pragmatismo e popularidade para manter a governabilidade em um Congresso ainda dividido — mas disposto a negociar.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avaliou que a tentativa de aproximação do chefe do Planalto com parlamentares ligados ao centro é "uma aproximação de sobrevivência". Além disso, citou um ponto crucial: a federação União - PP é uma das que possuem mais espaço

atualmente — tanto na montagem de um novo Congresso quanto numa disputa presidencial. Com 109 deputados e 15 senadores, a federação agora é a maior bancada da Câmara dos Deputados e a segunda maior do Senado.

"Hoje, o Centrão domina o Congresso Nacional e, sem ele, o governo não tem como avançar em pautas que são caras ao Planalto e, ao mesmo tempo, simpáticas aos parlamentares, como a reforma do Imposto de Renda. Essa é uma agenda que pode render louros para o governo, mas também para o Centrão, e justamente por isso há interesse dos dois lados em ver essa matéria evoluir", explicou.

Para ele, a pressão sobre Sabino e Fufuca escancara o dilema desses partidos: "até onde é possível estar no governo sem perder identidade partidária?". Ou seja, o Centrão tem interesse em recursos, cargos e visibilidade, mas também em preservar autonomia para negociar de forma mais livre.

"O que se vê, portanto, é um governo que tenta se equilibrar para manter a base, e um Centrão que joga no limite, participa quando é conveniente, pressiona quando necessário e, cada vez mais, busca manter independência. É uma relação pragmática, mas instável. E isso mostra que a articulação política continua mais um exercício de resistência".

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reunião de líderes para discutir mudanças no IR

Planalto comemora defesa de isenção de ricos

A resistência da oposição e da bancada ruralista à cobrança de impostos dos mais ricos para viabilizar a isenção de quem ganha até R\$ 5 mil mensais criou problemas para o governo, mas é vista como uma grande oportunidade. Para o Palácio do Planalto, ao insistirem em isentar quem recebe dividendos a partir de R\$ 100 mil mensais e produtores rurais que arrecadem R\$

508.320 anuais, deputados traduziram de maneira simples a história de ricos contra pobres alardeada pelo PT.

Na avaliação do governo, o mote havia sido desvirtuado nos últimos anos, parte da população via a suposta defesa dos mais pobres como manutenção de privilégios e uma forma de emperrar o empreendedorismo e o crescimento pessoal.

Os resistentes

Ao procurarem travar um mecanismo de justiça tributária, a oposição — avalia o Planalto — mostrou de que lado está. Essa postura, em tese, permitirá ao PT uma aproximação com a classe média baixa assalariada, que tem sido pouco permeável ao partido.

CLT

O partido de Lula ainda tem pela frente o desafio de mostrar que defende o empreendedor e não está preso à lógica da CLT. A visão de que o partido só defende antigas relações trabalhistas é vista pelo Planalto como o maior obstáculo à aproximação com jovens.



Gabriela Ritter: entidade é contra redução de penas

Bolsonaristas comemoram apoio à tese da anistia

Bolsonaristas que defendem anistia ampla e rejeitam a redução de penas comemoraram muito uma manifestação da Asvaf, Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de Janeiro, entidade que defende condenados pela Intontona de 2023.

Em documento publicado em sua página no Instagram, a entidade diz

não aceitar a mudança nas penas, e mantém o compromisso com a anistia. Segundo o texto, uma pesquisa interna revelou que esta é a posição de 81% dos associados e de seus familiares.

A presidente da Asvaf é Gabriela Ritter, filha do empresário Miguel Fernando Ritter, condenado a 14 anos.

Tentação

A parceria com a entidade é vista como fundamental, já que condenados podem ficar tentados a trocar a anistia pela redução de penas. A grande maioria dos condenados também poderá ser libertada imediatamente caso a alternativa menos radical seja aprovada.

Retorno

A nota da entidade ressalta que, além dos presos, há "centenas de brasileiros" vivem como exilados em países como a Argentina. Segundo a Asvaf, eles precisam da anistia para que possam retornar ao Brasil com dignidade, "sem o peso da perseguição política".

Enredo petista

Prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá (PT) foi às redes sociais defender o lançamento, pelo seu partido, da candidatura de Neginho da Beija-Flor para o Senado. Segundo ele, o cantor teria condição de derrotar Flávio Bolsonaro (PL), que tentará a reeleição.

Invasão no AN

Três sites mantidos pelo Arquivo Nacional tiveram que ser retirados do ar depois que a instituição descobriu uma tentativa de invasão de seus sistemas. Dois servidores foram provisoriamente desativados para análise técnica e correção e voltarão amanhã ou sábado.